



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

**EDITAL DO PROAD Nº 2415/2021-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Fornecimento de servidores de rede do tipo rack para suprir os requisitos de recursos computacionais informados pela Coordenadoria de Infraestrutura de TIC – CITIC, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessório e serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital.

NOTA 1: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei nº 14.133/2021

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Sim

Valor Total Estimado: R\$ 4.727.962,82

Data e local da disputa: 30/8/2022, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Licitação nº: 47/2022

UASG do TRT15: 080011

Vistoria Prévia: Não se aplica

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Não se aplica

Laudos/Certificados: Não se aplica

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 *

* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

PREGÃO ELETRÔNICO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROAD Nº 2415/2021-1

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

a. Início da disputa de preços:	30/8/2022, às 14 horas
b. Local da Disputa:	Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br/
c. Critério de Julgamento:	Menor preço por item
d. Regime de Execução:	Empreitada por preço global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Fornecimento de servidores de rede do tipo rack para suprir os requisitos de recursos computacionais informados pela Coordenadoria de Infraestrutura de TIC – CITIC, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessório e serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

1.2. A licitação será dividida em itens, formados por um ou mais subitens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os subitens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

1.4. Cada serviço ou produto do item deverá estar discriminado em subitens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada subitem das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras – NTB.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

P.T. Resumido: **168074** **R\$ 4.727.962,82**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO –
NO ESTADO DE SÃO PAULO
449052 - Equipamentos e material permanente
43 - Equipamentos de tic – servidores / storage
Conta VPD:

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como para bens e serviços produzidos no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou



b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.4.1. Nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 9/2005, é vedada, ainda, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados vinculados a este Tribunal contratante.

4.5. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

4.6. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.7. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

4.7.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.8. que a solução é fornecida por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7.9. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

4.7.9.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do subitem e valor total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento da solução e na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento de Proposta Atualizada, conforme Anexo II ao Edital.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer a solução nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira



colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.25.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.25.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.25.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.25.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.25.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.25.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.25.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.25.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.25.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.25.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.25.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.27.1. prestados por empresas brasileiras;

7.27.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final, a ser preenchida pelo licitante, conforme Anexo II deste Edital.

8.3. A Proposta Atualizada deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG nº 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas quando exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do equipamento/serviço ofertado.

8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da solução ou da área especializada no objeto

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de:

- 1) R\$ 132.000,00 (centro e trinta e dois mil Reais) – para o Item 1.
- 2) R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil Reais) – para o Item 2.
- 3) R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil Reais) – para o Item 3.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão técnica da empresa licitante para fornecer, no mínimo, 50% dos quantitativos dos bens deste Edital, similares em características e prazos com o objeto da licitação deste Edital, compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação.

9.11.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.



9.11.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.6. Caso solicitado pelo pregoeiro(a), o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao fornecimento da solução;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.20.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) item (ns) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do item, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.20.1.1. Caso haja item (ns) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o item de maior valor.

9.20.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo do Anexo II a este instrumento convocatório (Anexo II);

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante



manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 .Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes da Minuta de Contrato – Anexo III ao Edital.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

15.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

15.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

15.2.5. O prazo previsto no subitem 15.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.6. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

15.2.7. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o previsto no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.8. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual, se houver, são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O modelo de gestão do contrato, contemplando os critérios de recebimento e aceitação do objeto, os procedimentos de testes e inspeção e os critérios de fiscalização, com base nos níveis mínimos de serviço/níveis de qualidade definidos, estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;



20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e quando não houver disposição específica no Termo de Referência, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail licita@trt15.jus.br.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

22.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato.

23. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 17 de agosto de 2022.

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser
Diretor-Geral



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 2415/2021-1

ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2020, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI. O acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado também mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º, inciso I, da Portaria GP-CR nº 002/2022 deste Tribunal.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Descrição Resumida do Objeto

Objeto: Fornecimento de servidores de rede do tipo rack para suprir os requisitos de recursos computacionais informados pela Coordenadoria de Infraestrutura de TIC – CITIC, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessório e serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

NOTA: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

1.2. Descrição Detalhada do Objeto

1.2.1. Item 1:

Subitem	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Fornecimento de servidores de rack do tipo 1 com todos os componentes para solução completa, com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia por 60 meses conforme termos e condições constantes no Edital e seus anexos.	Un	4
2	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do subitem 1/1.	Un	4

1.2.2. Item 2:

Subitem	Especificação	Unidade	Quantidade
---------	---------------	---------	------------



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

3	Fornecimento de servidores de rack do tipo 2 com todos os componentes para solução completa, com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia por 60 meses conforme termos e condições constantes no Edital e seus anexos.	Un	7
4	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do subitem 2/1.	Un	7

1.2.3. Item 3:

Subitem	Especificação	Unidade	Quantidade
5	Fornecimento de servidores de rack do tipo 3 com todos os componentes para solução completa, com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia por 60 meses conforme termos e condições constantes no Edital e seus anexos.	Un	2
6	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do subitem 3/1.	Un	2

1.2.4. Especificação técnica do objeto:

Requisitos Tecnológicos (hardware e software)	
ID	Descrição
	Item 1
R.HS01	<p>O equipamento, na configuração ofertada, deve prover desempenho satisfatório no processamento de dados quando trabalhando com o(s) processador(es) em sua frequência base (Processor Base Frequency), considerando os critérios descritos a seguir:</p> <p>Mínimo de 300 pontos na coluna Base Result do índice SPEC CPU2017 Integer Rate, consulta em: <https://www.spec.org/cgi-bin/osgresults?conf=cpu2017></p> <p>Observações:</p> <p>1) A quantidade de RAM (Read Access Memory) utilizada no equipamento testado com o SPEC CPU2017 deve ser de, no máximo, 1 TB (um TeraByte);</p> <p>2) A quantidade de processadores instalados no servidor testado com o SPEC CPU2017 deve ser igual à quantidade de processadores instalados no equipamento ofertado;</p> <p>3) Os resultados devem estar publicados na página da Internet da SPEC.ORG até a data da realização do Pregão Eletrônico.</p>



R.HS02	O servidor ofertado deve ter, no máximo, 2 (dois) processadores. Cada processador deve ter, no máximo, 32 núcleos (cores), que devem suportar a execução de threads simultâneos.
R.HS03	Deverá ter, no mínimo, 16 unidades de armazenamento tipo SAS SSD, hot-swap, com capacidade para armazenar 1.92 TB (TeraByte) de dados cada.
R.HS04	Deverá ter, no mínimo, 512 GB (GigaByte) de RAM (Read Access Memory) , do tipo DDR 4, provisionados por módulos RDIMM ECC (Error Correcting Code), que opere a, no mínimo, 2666 MT/s.
R.HS05	Deverá ter, no mínimo, 2 (duas) placas de rede dual-port padrão 10 GbE - BASE-T em controladoras distintas, totalizando 4 (quatro) interfaces para garantir redundância (2+2), que suportem tecnologias de virtualização VMware NetQueue, Microsoft VMQ e SR-IOV (single root input/output virtualization), bem como tecnologia RSS (receive side scaling), TSS (transmit side scaling), LSO (large send offload), LRO (large receive offload), GSO (generic send offload), NVGRE (network virtualization using generic routing), VXLAN (virtual extensible LAN) e tecnologias de agregação, failover e balanceamento: SLB (smart load balancing) e LACP (link aggregation control protocol). Implementar os seguintes padrões: IEEE 802.3ae 10Gb Ethernet, IEEE 802.1q VLAN, IEEE 802.3ad Link Aggregation, IEEE 802.3x Flow Control, IPv4 (RFC 791), IPv6 (RFC 2460), IEEE 802.1Qbb e IEEE 802.1Qaz. Suportar quadros Ethernet 1500 bytes e maiores (jumbo frame).
R.HS06	O equipamento deve ter, no mínimo, 2 (duas) placas HBA (Host Bus Adapter) dual-port, protocolo Fibre Channel (FC), em controladoras distintas, totalizando 4 (quatro) interfaces para garantir redundância (2+2), com suporte às funções de autonegociação de velocidade, failover e balanceamento de carga. Todas as interfaces FC deverão estar equipadas com adaptadores ópticos - transceivers SFP+ SWL (Short Wavelength) com conexão padrão LC que trabalhem com velocidade de, no mínimo, 16 Gbps e que sejam compatíveis com o produto ofertado e com switches fibre channel da marca Cisco, modelo MDS9396S, trabalhando com transceivers de 8 e 16 Gbps.
	Item 2
R.HS07	O equipamento, na configuração ofertada, deve prover desempenho satisfatório no processamento de dados quando trabalhando com o(s) processador(es) em sua frequência base (Processor Base Frequency), considerando os critérios descritos a seguir: Mínimo de 300 pontos na coluna Base Result do índice SPEC CPU2017 Integer Rate, consulta em: < https://www.spec.org/cgi-bin/osgresults?conf=cpu2017 > Observações: 1) A quantidade de RAM (Read Access Memory) utilizada no equipamento testado com o SPEC CPU2017 deve ser de, no máximo, 1 TB (um TeraByte); 2) A quantidade de processadores instalados no servidor testado com o SPEC CPU2017 deve ser igual à quantidade de processadores instalados no equipamento ofertado; 3) Os resultados devem estar publicados na página da Internet da SPEC.ORG até a data da realização do Pregão Eletrônico.
R.HS08	O servidor ofertado deve ter, no máximo, 2 (dois) processadores. Cada processador deve ter, no máximo, 32 núcleos (cores), que devem suportar a execução de threads simultâneos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

R.HS09	Deverá ter, no mínimo, 3 unidades de armazenamento tipo SAS SSD, hot-swap, com capacidade para armazenar 1.92 TB (TeraByte) de dados cada.
R.HS10	Deverá ter, no mínimo, 2 TB (TeraByte) de RAM (Read Access Memory) , do tipo DDR 4, provisionados por módulos RDIMM ECC (Error Correcting Code), que opere a, no mínimo, 2666 MT/s.
R.HS11	<p>Deverá ter, no mínimo, 2 (duas) placas de rede dual-port padrão 10 GbE - BASE-T em controladoras distintas, totalizando 4 (quatro) interfaces para garantir redundância (2+2), que suportem tecnologias de virtualização VMware NetQueue, Microsoft VMQ e SR-IOV (single root input/output virtualization), bem como tecnologia RSS (receive side scaling), TSS (transmit side scaling), LSO (large send offload), LRO (large receive offload), GSO (generic send offload), NVGRE (network virtualization using generic routing), VXLAN (virtual extensible LAN) e tecnologias de agregação, failover e balanceamento: SLB (smart load balancing) e LACP (link aggregation control protocol).</p> <p>Implementar os seguintes padrões: IEEE 802.3ae 10Gb Ethernet, IEEE 802.1q VLAN, IEEE 802.3ad Link Aggregation, IEEE 802.3x Flow Control, IPv4 (RFC 791), IPv6 (RFC 2460), IEEE 802.1Qbb e IEEE 802.1Qaz. Suportar quadros Ethernet 1500 bytes e maiores (jumbo frame).</p>
R.HS12	O equipamento deve ter, no mínimo, 2 (duas) placas HBA (Host Bus Adapter) dual-port, protocolo Fibre Channel (FC), em controladoras distintas, totalizando 4 (quatro) interfaces para garantir redundância (2+2), com suporte às funções de autonegociação de velocidade, failover e balanceamento de carga. Todas as interfaces FC deverão estar equipadas com adaptadores ópticos - transceivers SFP+ SWL (Short Wavelength) com conexão padrão LC que trabalhem com velocidade de, no mínimo, 16 Gbps e que sejam compatíveis com o produto ofertado e com switches fibre channel da marca Cisco, modelo MDS9396S, trabalhando com transceivers de 8 e 16 Gbps.
	Item 3
R.HS13	<p>O equipamento, na configuração ofertada, deve prover desempenho satisfatório no processamento de dados quando trabalhando com o(s) processador(es) em sua frequência base (Processor Base Frequency), considerando os critérios descritos a seguir:</p> <p>Mínimo de 300 pontos na coluna Base Result do índice SPEC CPU2017 Integer Rate, consulta em:</p> <p><https://www.spec.org/cgi-bin/osgresults?conf=cpu2017></p> <p>Observações:</p> <p>1) A quantidade de RAM (Read Access Memory) utilizada no equipamento testado com o SPEC CPU2017 deve ser de, no máximo, 1 TB (um TeraByte);</p> <p>2) A quantidade de processadores instalados no servidor testado com o SPEC CPU2017 deve ser igual à quantidade de processadores instalados no equipamento ofertado;</p> <p>3) Os resultados devem estar publicados na página da Internet da SPEC.ORG até a data da realização do Pregão Eletrônico.</p>
R.HS14	O servidor ofertado deve ter, no máximo, 2 (dois) processadores. Cada processador deve ter, no mínimo, 32 núcleos (cores), que devem suportar a execução de threads simultâneos.
R.HS15	Deverá ter, no mínimo, 3 unidades de armazenamento tipo SAS SSD, hot-swap, com capacidade para armazenar 1.92 TB (TeraByte) de dados cada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

R.HS16	Deverá ter, no mínimo, 1.5 TB (TeraByte) de RAM (Read Access Memory) , do tipo DDR 4, provisionados por módulos RDIMM ECC (Error Correcting Code), que opere a, no mínimo, 2666 MT/s.
R.HS17	Deverá ter, no mínimo, 2 (duas) placas de rede quad-port padrão 10 GbE - BASE-T em controladoras distintas, totalizando 8 (oito) interfaces para garantir redundância (4+4), que suportem tecnologias de virtualização VMware NetQueue, Microsoft VMQ e SR-IOV (single root input/output virtualization), bem como tecnologia RSS (receive side scaling), TSS (transmit side scaling), LSO (large send offload), LRO (large receive offload), GSO (generic send offload), NVGRE (network virtualization using generic routing), VXLAN (virtual extensible LAN) e tecnologias de agregação, failover e balanceamento: SLB (smart load balancing) e LACP (link aggregation control protocol). Implementar os seguintes padrões: IEEE 802.3ae 10Gb Ethernet, IEEE 802.1q VLAN, IEEE 802.3ad Link Aggregation, IEEE 802.3x Flow Control, IPv4 (RFC 791), IPv6 (RFC 2460), IEEE 802.1Qbb e IEEE 802.1Qaz. Suportar quadros Ethernet 1500 bytes e maiores (jumbo frame).
R.HS18	O equipamento deve ter, no mínimo, 4 (quatro) placas HBA (Host Bus Adapter) dual-port, protocolo Fibre Channel (FC), em controladoras distintas, totalizando 8 (oito) interfaces para garantir redundância (4+4), com suporte às funções de autonegociação de velocidade, failover e balanceamento de carga. Todas as interfaces FC deverão estar equipadas com adaptadores ópticos - transceivers SFP+ SWL (Short Wavelength) com conexão padrão LC que trabalhem com velocidade de, no mínimo, 16 Gbps e que sejam compatíveis com o produto ofertado e com switches fibre channel da marca Cisco, modelo MDS9148S, trabalhando com transceivers de 8 e 16 Gbps.
Aplicável a todos os Itens	
R.HS19	Deverá conter fontes de alimentação redundantes e "hot-swapping" ou "hot-plugging", que suportem a configuração dos equipamentos ofertados operando em sua capacidade máxima. Em caso de falha de metade do número de fontes configuradas, o restante das fontes deverá manter de forma automática o funcionamento do servidor, bem como toda a configuração do equipamento sem perda das informações em processamento. As fontes de alimentação devem ser capazes de operar em 60 Hz, em tensões entre 118 e 231 VAC. Para cada fonte fornecida, deve acompanhar 1 (um) cabo de força com plugues de 10 A, seguindo o padrão NBR 14.136 da ABNT; caso o equipamento ofertado exija uma PDU com conector ou amperagem diferente, a Contratada, adicionalmente, deverá, entregar e instalar nos racks do TRT-15, duas novas PDUs por servidor e os respectivos cabos, para cada fonte.
R.HS20	O(s) processador(es) instalado(s) no equipamento ofertado deve(m) ter data de lançamento (launch date) pelo fabricante no primeiro quarto de 2021 (Q1'21), ou mais recente.
R.HS21	A placa-mãe (motherboard) do equipamento ofertado deve ter, no mínimo, 2 (dois) sockets para a instalação de processadores, mesmo que o equipamento venha equipado com 1 (um) processador.
R.HS22	O equipamento deve possuir recurso de gerenciamento compatível com o padrão IPMI 2.0 que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada, não sendo essa nenhuma das interfaces controladoras de rede.
R.HS23	Deverá conter SNMP agent para envio de notificações de eventos críticos (Traps) por meio dos protocolos SNMP.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

R.HS24	Todas as licenças ofertadas deverão ser perpétuas, permitindo a continuidade do funcionamento do equipamento, ainda que não esteja coberto por contrato de atualização e suporte. Caso a nova versão ou release seja disponibilizada para download, todo suporte visando instalação e configuração deverá ser prestado pela CONTRATADA.
R.HS25	Todos os equipamentos deverão: 1) Estar em linha de produção do fabricante (não podem constar em lista ou anúncio de final de venda (end of sale) - EOS) 2) Ser de primeiro uso e novos.
R.HS26	A controladora de gerenciamento deverá ser do mesmo fabricante do equipamento mantendo total compatibilidade com o mesmo e integração total com software de gerenciamento solicitado. Deverá ter compatibilidade com os protocolos de criptografia SSL para acesso à console via Web e protocolo de criptografia SSH para acesso à console CLI. Deverá permitir controle remoto tipo console (teclado, mouse e monitor) mesmo quando o sistema operacional estiver inoperante. Deverá informar o status do equipamento indicando componentes com falha e notificando via e-mail e trap SNMP. Deverá possuir tecnologia de mídia virtual possibilitando que unidades de CD/DVD e portas USB localizadas em estação de gerenciamento sejam emuladas no servidor gerenciado permitindo a inicialização (boot) através dessa mídia. Capacidade de monitorar o consumo de energia do servidor. Deverá permitir desligar e reiniciar o servidor através da console de gerenciamento, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional. Deverá permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, bem como a atualização de firmwares.
R.HS27	Deverá acompanhar o produto ofertado: software de gerenciamento desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento, também sendo aceitas soluções em regime de OEM. Deverá ser do tipo cliente-servidor de forma a permitir o gerenciamento do equipamento, abrangendo o gerenciamento centralizado ou individual de todos os servidores ofertados através de interface WEB. Deverá permitir realizar inventário de hardware, BIOS e firmware e possibilitar a geração de relatórios customizados. Emitir alertas de falha de hardware e permitir a criação de filtros de alertas isolados e notificação por e-mail. Suportar atualização de BIOS e Firmware, podendo ser executado em grupos de servidores ou individualmente.
R.HS28	O modelo do equipamento ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 6 ou posteriores, a comprovação será feita no HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat: < http://hardware.redhat.com/hcl/ >
R.HS29	O modelo do equipamento ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMware ESXI 6.5 ou posteriores, a comprovação será feita no HCL (Hardware Compatibility List) da Vmware: < https://www.vmware.com/resources/compatibility/ >
R.HS30	O modelo do equipamento ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema operacional Windows Server 2012 R2 x64 ou posteriores, comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft: < https://partner.microsoft.com/en-us/dashboard/hardware/search/cpl >
R.HS31	Deverá ser fornecido e instalado kit de trilhos e braço organizador de cabos do mesmo fabricante do equipamento ofertado, para fixação dos equipamentos



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

	em rack de 19" padrão EIA-310D. Os trilhos devem permitir o deslizamento do equipamento a fim de facilitar a manutenção.
R.HS32	Servidor de rede padrão rack 19" com altura máxima de até 4U (rack unit), acompanhado do kit de instalação em rack original do fabricante do equipamento e deverá ser dotado de botão de acionamento e desligamento (liga/desliga).
R.HS33	A placa-mãe (motherboard) deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado, não sendo essa de livre comercialização. Deverá ter chipset do mesmo fabricante pelo processador e BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou o fabricante deve ter direito copyright sobre essa BIOS, comprovado através de atestado fornecido pelo fabricante do equipamento. Não serão aceitas soluções de BIOS em regime OEM ou customizadas. A BIOS deverá possuir o número de série ou de serviço do equipamento e campo editável que permita inserir identificação de ativo podendo ser consultada por software de gerenciamento.
R.HS34	Controladora RAID integrada deverá ser capaz de operar a 6 Gbps e a 12 Gbps (interface SAS - serial attached SCSI) com discos rígidos padrão SSD. Possuir canais suficientes para controlar a quantidade de discos solicitada no equipamento. Memória cache de, no mínimo, 2 GBytes equipada com sistema de proteção ou memory flash. Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60 via hardware. Suportar expansão de capacidade de forma on-line. Suportar implementação de disco Global Hot-spare. Suportar migração de nível de RAID. Suportar tecnologia SMART (Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology).
R.HS35	O equipamento deverá possuir, no mínimo, 3 slots PCI-Express 3.0.
R.HS36	Deverá ter, no mínimo, 3 (três) portas USB 2.0 ou superior, sendo, 1 (uma) delas situadas na parte frontal do gabinete.
R.HS37	Possuir porta padrão DB-15 ou Display Port para monitor de vídeo padrão VGA ou superior.
R.HS38	Todos os conectores das portas de entrada/saída de sinal deverão ser identificados pelos nomes ou símbolos.
R.HS39	Conforme Portaria nº 170 de 10/04/2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), o equipamento deve cumprir os requisitos técnicos das normas IEC 60950-1 (Information Technology Equipment – Safety) e CISPR22 (Information technology equipment – Radio disturbance characteristics – Limits and methods of measurement).

1.2.5. Requisitos de Instalação e Ativação

ID	Descrição
R.IA01	Executar a montagem física dos equipamentos, instalação do servidor com trilhos no rack do TRT-15 de acordo com as recomendações do fabricante, toda conectorização lógica e elétrica (com implementação de padrão de identificação dos cabos) e testes de funcionamento. A contratada deverá ainda certificar-se de que a infraestrutura existente é suficiente para a instalação.
R.IA02	Realizar ativação física e lógica de todos os hardwares ofertados, incluindo conexão nas redes de dados. Operar testes de conectividade da rede Ethernet assim como pela rede SAN e de alta disponibilidade elétrica com a retirada das fontes (hot swap). Configurar a gerência remota, monitoração e abertura automática de chamados.



R.IA03	Todos os componentes de hardware e software requeridos para atender as funcionalidades exigidas na especificação técnica e, conseqüentemente, tornar a solução operante, mesmo que não tenham sido especificados e cotados na proposta apresentada pela Contratada, serão considerados essenciais aos serviços de instalação e deverão ser fornecidos sem custo adicional em relação à sua proposta técnico-comercial. Não será necessário o fornecimento de cordões ópticos e nem metálicos para os itens 1 e 2 desta contratação. Para o Item 3, a contratada deverá fornecer os cordões ópticos, conectorizados com conectores do tipo duplex LC em ambas as pontas, de fibras MM OM4, com revestimento não propagante a chamas e de, no mínimo, 15 (quinze) metros de comprimento para cada interface FC (fibre channel) do equipamento.
R.IA04	Os equipamentos somente serão considerados instalados para fins de recebimento definitivo quando estiverem prontos para utilização no local indicado pelo TRT-15 e de acordo com as funcionalidades expressas na especificação técnica.
R.IA05	Fornecer MIBs, plugins e/ou templates, para integrar o monitoramento do servidor de rack no sistema de gerenciamento do TRT-15 (Zabbix).
R.IA06	Os servidores deverão ser instalados e configurados de tal forma que mantenham o perfeito funcionamento das redes envolvidas e com as atualizações (BIOS, drivers, firmware e software) nas últimas versões estáveis.
R.IA07	A instalação física deverá ser executada por técnicos especializados do fabricante ou pela contratada, e deverá ocorrer dentro do horário das 9 às 17h em dia útil, devendo ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br

1.2.6. Requisitos de Treinamento (Capacitação)

ID	Descrição
R.T01	A CONTRATADA deverá entregar ao Tribunal toda e qualquer documentação gerada em meio magnético e/ou físico em função da prestação de serviços.
R.T02	Deverá haver transferência de conhecimento (hands on) da CONTRATADA para o Tribunal em relação à operação do software de gerenciamento remoto, bem como à prestação das funcionalidades do equipamento para melhor eficiência, efetividade e economicidade em sua implementação. Duração mínima: 2 horas.

1.2.7. Requisitos de Garantia e Manutenção

ID	Descrição
R.GM01	Garantia integral dos produtos contratados deverá ser de 60 meses contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. Deverá ser prestada pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante. É comum no mercado a oferta de garantia de 60 meses para servidor de rede corporativo, que é o objeto deste processo.
R.GM02	Durante o período de garantia os equipamentos que apresentarem inoperância, em 2 (duas) ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos. Igualmente, os módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2(duas)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

	ocasiões separadas em um período de 60 (sessenta) dias corridos, deverão ser substituídos, sem ônus para o Tribunal, sendo o prazo de substituição, em ambos os casos, de 2 (dois) dias úteis.
R.GM03	A contratada deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais pela contratada, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.
R.GM04	A assistência técnica e o suporte prestados durante o período da garantia consistirão na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento da solução com o fornecimento, sem custo adicional, de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive despesas com deslocamentos, peças, acessórios, mão de obra, diárias, impostos e demais despesas necessárias ao atendimento.
R.GM05	A assistência técnica será prestada na modalidade on site, em Campinas / SP, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br .
R.GM06	Todos os produtos, peças, insumos e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais, tecnologicamente equivalentes ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional.
R.GM07	Os chamados técnicos deverão ser abertos automaticamente pela ferramenta de monitoramento fornecida com a solução contratada. Também podem ser feitos por telefone (0800) ou via e-mail pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas, o prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado automático feito pela ferramenta, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deve ocorrer em, no máximo, 1 hora após o envio pela CONTRATANTE, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa.
R.GM08	Durante o período contratado, a CONTRATADA deverá, sem ônus para a CONTRATANTE, fornecer, instalar e configurar atualizações corretivas do software e firmware dos equipamentos disponibilizados pelo fabricante, além de prover esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos.
R.GM09	Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT-15, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela contratada.
R.GM10	A CONTRATADA, em até 3 dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar, para cada atendimento realizado, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

	realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.
R.GM11	Durante todo o período de garantia do equipamento, o fabricante deve disponibilizar no seu respectivo site web, download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares permitindo todas as atualizações necessárias
R.GM12	A CONTRATADA deverá fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE sem qualquer ônus ao TRT-15. Deverá, ainda, cumprir as disposições da resolução nº 322 de 1/6/2020 do CNJ.
R.GM13	A garantia contratual exigida, nos termos do art. 56, da lei nº 8.666/93, será de 3% do valor total do contrato.

1.2.8. Requisitos Legais, Sociais e Ambientais

ID	Descrição
R.LSA01	Promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010).
R.LSA02	Todos os profissionais da CONTRATADA deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo bem como deverão portar crachá de identificação da empresa de forma visível quando da execução dos serviços nas unidades do TRT-15.
R.LSA03	A contratada deverá estar habilitada juridicamente (art. 28 da Lei nº 8.666/93) e em regularidade fiscal e trabalhista (art. 29 da lei nº 8.666/93).
R.LSA04	O objeto não deve conter substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito, a critério do órgão, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da contratada.
R.LSA05	Nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs); Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs); Halons; Brometo de metila (permitida para fins agrícolas); Tetracloro de carbono (CTC); Metilclorofórmio; Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs); e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante.
R.LSA06	A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de equipamentos, originários da contratação, entendidos como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos ao



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

	descarte final, conforme disposto no item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade – Logística Reversa" do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição (criado pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT).
--	--

1.2.9. Requisitos de Prazo

ID	Descrição
R.P01	O prazo para a entrega dos equipamentos é de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de emissão da ordem de fornecimento.
R.P02	O prazo para as instalações físicas dos equipamentos é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP). A entrega e as instalações físicas serão em Campinas/SP.
R.P03	O prazo de garantia do objeto será de 60 (sessenta) meses e será contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo lavrado pela Contratante.
R.P04	O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura do contrato.
R.P05	Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
R.P06	Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
R.P07	Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido nas hipóteses previstas no Art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: sif.cartic@trt15.jus.br . Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.
R.P08	O prazo para a CONTRATADA assinar a Ordem de Fornecimento é de até 5 dias úteis após a data de emissão pelo TRT-15.
R.P09	A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar, para cada atendimento realizado, ordem de serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, classificação da severidade, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.

1.2.10. Requisitos de Segurança da Informação

ID	Descrição
R.SI01	A CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo em caráter estatístico, quaisquer informações originadas no TRT-15 sem prévia autorização formal. Será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo sobre



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

	quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo TRT-15 a tais documentos.
R.SI02	Obedecer às normas de segurança na área externa e interna ao Tribunal.
R.SI03	O acesso às instalações da Contratante onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas.
R.SI04	A Contratada deverá substituir imediatamente aquele profissional que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da Contratante.

1.2.11. Requisitos para Eventuais Penalizações

ID	Descrição
R.EP01	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por atraso ou não entrega de Ordens de Serviços para atendimentos em garantia.
R.EP02	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por entregar, em desconformidade ou apenas parcialmente, o objeto segundo as especificações constantes nos Termos de Referência e demais disposições contratuais (penalidade incide de forma proporcional à parte não executada).
R.EP03	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por desacatar as orientações do Gestor do Contrato ou não prestar os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
R.EP04	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por deixar de observar as políticas de segurança e normas de acesso do CONTRATANTE.
R.EP05	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por atrasos injustificados na solução de chamados técnicos de suporte e garantia.
R.EP06	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por atraso na entrega do objeto.
R.EP07	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por atraso ou não assinatura do Contrato.
R.EP08	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por atraso ou não apresentação da garantia contratual.
R.EP09	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por utilizar peças, parte de peças, componentes e outros materiais sem serem originais e ou novos.
R.EP10	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por deixar de manter a garantia dos serviços prevista neste termo.
R.EP11	Advertência e/ou multa conforme critério do TRT-15 por deixar de fornecer a seus empregados todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses.

1.2.12. Requisitos de Níveis Mínimos de Serviço

ID	Descrição
R.NMS01	Um (1) dia útil para severidade alta - indisponibilidade total do equipamento.
R.NMS02	Três (3) dias úteis para severidade média - degradação de desempenho ou mau funcionamento do equipamento, que não gere indisponibilidade total do equipamento.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

R.NMS03	Cinco (5) dias úteis para severidade baixa - qualquer anomalia que altera o padrão normal de funcionamento, esclarecimento de dúvidas e questionamentos técnicos quanto a problemas de funcionamento do equipamento.
---------	--

1.2.13. Requisitos de Recebimento e Aceite do Objeto

ID	Descrição
R.RAO01	Os termos de recebimento provisório (TRP) serão emitidos pelos fiscais demandante e técnico, sendo um termo para o recebimento do equipamento e outro para instalação e ativação. A emissão dos Termos de Recebimento Definitivos (TRD) caberá à Comissão Especial de Recebimento de Equipamentos de TIC para o fornecimento e à Comissão Especial de Recebimento de Serviços de TIC para os serviços de instalação e ativação.
R.RAO02	O TRP é o documento que autoriza a emissão da Nota Fiscal e será enviado por meio digital (e-mail) à contratada. Recebida a Nota Fiscal, o fiscal administrativo, em até 5 dias úteis, a analisará, bem como verificará a documentação e, estando em conformidade com o contrato e com o TRP, emitirá certidão. Caso haja algum erro, notificará a contratada por meio digital para as devidas correções. De posse do TRP e da certidão do fiscal administrativo, a respectiva Comissão Especial de TIC responsável, no prazo de 5 dias úteis, emite o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) para cada objeto pertinente, juntando-o ao processo para que a área administrativa encaminhe o processo para pagamento, que deve ocorrer em até 10 dias úteis após a juntada do TRD ao processo.
R.RAO03	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

2. PRAZOS

Conforme o subitem 1.2.9 deste Termo de Referência:

1. O prazo para a entrega dos equipamentos é de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de emissão da ordem de fornecimento.
2. O prazo para as instalações físicas dos equipamentos é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP). A entrega e as instalações físicas serão em Campinas/SP.
3. O prazo de vigência contratual será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado da data de assinatura do contrato.

3. GARANTIA

Conforme o disposto no subitem 1.2.7 deste Termo de Referência, a garantia integral dos produtos contratados deverá ser de 60 meses contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. Deverá ser prestada pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na contratada e no fabricante. É comum no mercado a oferta de garantia de 60 meses para servidor de rede corporativo, que é o objeto deste processo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

4. ORÇAMENTO

ITEM 1				
SUBITEM	Descrição	Qtd.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
01	Fornecimento de servidor do tipo 1, a ser utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo os serviços de garantia e suporte técnico por 60 meses nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos. Prazo de entrega: 60 dias corridos	4 UN	309.299,45	1.237.197,80
02	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do SUBITEM 1.	4 UN	22.281,01	89.124,04
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 1 (R\$)				1.326.321,84

ITEM 2				
SUBITEM	Descrição	Qtd.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
03	Fornecimento de servidor do tipo 2, a ser utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo os serviços de garantia e suporte técnico por 60 meses nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos. Prazo de entrega: 60 dias corridos	7 UN	316.119,18	2.212.834,26
04	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada.	7 UN	32.440,06	227.080,42



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Prazo: 10 dias úteis após entrega do SUBITEM 3.			
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 2 (R\$)			2.439.914,68

ITEM 3				
SUBITEM	Descrição	Qtd.	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
05	Fornecimento de servidor do tipo 3, a ser utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo os serviços de garantia e suporte técnico por 60 meses nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos. Prazo de entrega: 60 dias corridos	2 UN	458.479,15	916.958,30
06	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do SUBITEM 5.	2 UN	22.384,00	44.768,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 3 (R\$)				961.726,30

VALOR TOTAL ESTIMADO – TODOS OS ITENS (R\$)	4.727.962,82
--	---------------------

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a Minuta de Contrato – Anexo III ao edital.

5.2. A entrega dos equipamentos, a instalação, os prazos de execução, a garantia do objeto, a garantia de execução contratual, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas da minuta contratual.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para o Fornecimento de servidores de rede do tipo rack para suprir os requisitos de recursos computacionais informados pela Coordenadoria de Infraestrutura de TIC – CITIC, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessório e serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

ITEM 1				
SUBITEM	Descrição	Qtd.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
01	Fornecimento de servidor do tipo 1, a ser utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo os serviços de garantia e suporte técnico por 60 meses nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos. Prazo de entrega: 60 dias corridos	4 un		
	Marca/modelo:			
02	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do SUBITEM 1.	4 un		
VALOR TOTAL – ITEM 1 (R\$)				

ITEM 2				
SUBITEM	Descrição	Qtd.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
03	Fornecimento de servidor do tipo 2, a ser utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo os serviços de garantia e suporte técnico por 60 meses nos termos e	7 un		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

	condições constantes deste edital e seus anexos. Prazo de entrega: 60 dias corridos			
	Marca/modelo:			
04	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do SUBITEM 3.	7 un		
VALOR TOTAL – ITEM 2 (R\$)				

ITEM 3				
SUBITEM	Descrição	Qtd.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
05	Fornecimento de servidor do tipo 3, a ser utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo os serviços de garantia e suporte técnico por 60 meses nos termos e condições constantes deste edital e seus anexos. Prazo de entrega: 60 dias corridos	2 un		
	Marca/modelo:			
06	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do SUBITEM 5.	2 un		
VALOR TOTAL – ITEM 3 (R\$)				

*** O PREENCHIMENTO DA MARCA / MODELO É OBRIGATÓRIO!**

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº ____/20____ PROCESSO PROAD Nº 2415/2021

Aos ____ (____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui por diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor Geral, _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 57/2018, artigo 1º, Inciso IV, alínea "b", publicada no DEJT – Caderno Administrativo – de 13/12/2018, e a empresa _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ - _____/____, CEP _____, ora representada por seu _____, _____, _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, em conformidade com o resultado do Processo PROAD nº 2415/2021, devidamente homologado no documento nº _____ do aludido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto fornecimento, instalação e ativação, pela CONTRATADA, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, de equipamentos servidores de rede tipo *rack*, com suporte e serviços associados de prestação de assistência técnica em garantia para toda a solução, incluindo componentes e acessórios, conforme quadro constante da cláusula sétima deste instrumento, observadas as especificações contidas no Termo de Referência que orientou a licitação e integra este contrato como se nele estivessem integralmente transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - O prazo de entrega dos equipamentos será de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de emissão da Ordem de Fornecimento.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ordem de Fornecimento, a contar da data de emissão pelo TRT.

Parágrafo Segundo - A instalação física deverá ser executada por técnicos especializados do fabricante ou pela CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Provisório. A instalação deverá ocorrer dentro do horário das 9h às 17h, em



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

dia útil, em Campinas/SP, devendo ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de e-mail para: sif.cartic@trt15.jus.br.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá entregar todo o objeto contratado discriminado na nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá realizar transferência de conhecimento (hands on) para o TRT em relação à operação do *software* de gerenciamento remoto, bem como à prestação das funcionalidades do equipamento para melhor eficiência, efetividade e economicidade em sua implementação, com duração mínima de 2 (duas) horas.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA deverá entregar ao TRT toda e qualquer documentação gerada por meio magnético e/ou físico em função da prestação dos serviços.

Parágrafo Sexto – Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas, em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993. E a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo TRT com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento.

Parágrafo Sétimo - Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: sif.cartic@trt15.jus.br

Parágrafo Oitavo - Em casos excepcionais, autorizados pelo TRT, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

Parágrafo Nono - Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério deste TRT.

Parágrafo Décimo – Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no TRT.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA DO OBJETO – A CONTRATADA deverá oferecer garantia do objeto contratado pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) meses. O prazo de garantia dos equipamentos entrará em vigor a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A referida garantia deverá ser prestada pelo fabricante, com possibilidade de abertura de chamados técnicos na CONTRATADA e no fabricante.

Parágrafo Primeiro – Durante o prazo da garantia, a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica e suporte técnico, que consistirão na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento da solução com o fornecimento, sem custo adicional ao TRT, de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive despesas com deslocamentos, peças, acessórios, mão de obra, diárias, impostos e demais despesas necessárias ao atendimento.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 2415/2021-1

Parágrafo Segundo – A assistência técnica será prestada na modalidade *on site*, em Campinas/SP, em dia útil, das 9h às 17h, e consistirá na reparação das eventuais falhas da solução e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos envolvidos. A execução do serviço deverá ser previamente agendada junto à Seção de Infraestrutura Física de TIC por meio de envio de *e-mail* para: sif.cartic@trt15.jus.br.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica da solução, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento na cidade de Campinas/SP. Em hipótese alguma a garantia poderá ser afetada pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, ou pelo uso de mão de obra não autorizada pelo fabricante.

Parágrafo Quarto – Todos os produtos, peças, insumos e materiais destinados à reparação ou à substituição deverão ser novos e originais, tecnologicamente equivalentes ou superiores e com a mesma garantia dos produtos substituídos e deverão ser fornecidos sem ônus adicional ao TRT.

Parágrafo Quinto - Os chamados técnicos deverão ser abertos automaticamente pela ferramenta de monitoramento fornecida com a solução. Também podem ser feitos por telefone (0800) ou via *e-mail* pelo gestor do contrato ou pelos fiscais ou, ainda, por pessoas por eles designadas. O prazo máximo para solução definitiva do problema será de acordo com a severidade do incidente, conforme disposto no parágrafo sexto desta cláusula, e a contagem do prazo se iniciará a partir do registro do chamado automático feito pela ferramenta, ou pelo contato telefônico com o fornecimento do número do protocolo da CONTRATADA ou, ainda, a partir da confirmação do recebimento do e-mail, que deverá ocorrer em, no máximo, 1 (uma) hora após o envio pelo TRT, salvo problemas comprovados de atraso no recebimento devido a problemas de força maior. A CONTRATADA deverá responder imediatamente ao e-mail, fornecendo o número do protocolo. O atendimento deverá ser efetuado em língua portuguesa.

Parágrafo Sexto – Por ocasião da abertura de chamado, o TRT fornecerá as informações relativas ao problema detectado e, ainda, indicará o nível de severidade que o caso requer, assim definidas:

Nível	Descrição	Tempo para solução
Alta	Indisponibilidade total do equipamento.	1 (um) dia útil, contado a partir do horário da abertura do chamado.
Média	Degradação de desempenho ou mau funcionamento do equipamento, que não gere indisponibilidade total do equipamento.	3 (três) dias úteis, contado a partir do horário da abertura do chamado.
Baixa	Qualquer anomalia que altere o padrão normal de funcionamento, esclarecimento de dúvidas e questionamentos técnicos quanto a problemas de funcionamento do equipamento.	5 (cinco) dias úteis, contado a partir do horário da abertura do chamado.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Parágrafo Sétimo – O término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar os prazos previstos no parágrafo anterior desta cláusula. Caso contrário, a CONTRATADA deverá providenciar a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração, em perfeitas condições de uso, como backup, até que seja sanado o defeito do equipamento. O prazo máximo para o *backup* permanecer no TRT não deverá ser superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA, em até 3 (três) dias úteis após atendimento, deverá emitir e entregar, para cada atendimento realizado, Ordem de Serviço contendo número do atendimento, informações da solicitação, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas. No documento deve constar as identificações dos técnicos que realizaram os trabalhos e a assinatura e identificação do técnico responsável pela atividade.

Parágrafo Nono – O fabricante do equipamento deve disponibilizar, durante do o período de garantia do equipamento, no seu respectivo *site web*, *download* gratuito de todos os *drivers* de dispositivos, BIOS e *firmwares* permitindo todas as atualizações de melhoria necessárias.

Parágrafo Décimo– A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para o TRT, durante todo o período de garantia do contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis:

- a) equipamentos que apresentarem inoperância em 2 (duas) ocasiões separadas dentro de um período de 60 (sessenta) dias corridos; e
- b) módulos, peças, interfaces ou qualquer parte do equipamento que apresentarem funcionamento irregular, em desacordo com aquele especificado, em 2 (duas) ocasiões separadas dentro de um período de 60 (sessenta) dias corridos.

Parágrafo Décimo Primeiro – Durante o período contratado, a CONTRATADA deverá, sem ônus para o TRT, fornecer, instalar e configurar atualizações corretivas do *software* e *firmware* dos equipamentos disponibilizados pelo fabricante, além de prover esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos.

Parágrafo Décimo Segundo – O início de atendimento e da resolução do serviço de garantia será a hora da comunicação feita pelo TRT à CONTRATADA, conforme sistema de registro do próprio solicitante.

Parágrafo Décimo Terceiro – Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização do TRT, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições nele estabelecidas, incluindo aquelas constantes do Termo de Referência, obrigando-se ainda a:

1. fornecer todos os equipamentos e serviços do objeto observando os prazos e as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, bem como as normas da ABNT e as portarias do INMETRO;



2. garantir a qualidade de cada unidade do equipamento fornecido durante o prazo de vigência deste contrato, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo TRT;
3. respeitar, e fazer com que seus funcionários respeitem, as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT, bem como respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores do TRT, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;
4. orientar seus empregados, enquanto permanecerem nas dependências do TRT, a circularem trajando uniforme com logotipo da empresa e crachá de identificação;
5. obedecer às normas de segurança na área externa e interna do TRT;
6. controlar o acesso às instalações do TRT onde serão realizados os serviços, permitindo-o somente às pessoas autorizadas;
7. substituir imediatamente aquele profissional que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares do TRT;
8. não cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno e demais gastos relacionados com a equipe técnica, bem como qualquer outro valor adicional.
9. responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o TRT;
10. responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços;
11. responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus funcionários, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
12. respeitar o sistema de segurança do TRT e fornecer todas as informações solicitadas por ele, relativas ao cumprimento do contrato;
13. acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
14. não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, integral ou parcialmente, o objeto deste contrato, nem mesmo durante a vigência da garantia dos equipamentos, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula dezoito, desde que previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
15. nomear um preposto, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, aceito pelo TRT, para representá-la durante o período de vigência deste contrato, apresentando-o ao gestor do contrato antes do início da vigência deste instrumento. O preposto deverá participar de reuniões de acompanhamento sempre que solicitado pelo TRT;
16. responsabilizar-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para o TRT;
17. comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da CONTRATADA durante a vigência deste contrato e,



igualmente, durante a vigência da garantia dos equipamentos juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração;

18. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, não consistindo tal fato em justificativa para atraso na execução dos serviços;
19. guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados ou quaisquer outros dados, informações, documentos ou especificações que venham ter acesso em razão dos serviços prestados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem estes de propriedade e uso exclusivo do TRT, sendo vedada, à CONTRATADA, sua cessão, locação ou venda a terceiros;
20. não divulgar, mesmo em caráter estatístico, quaisquer informações originadas no TRT sem prévia autorização formal. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo TRT a tais documentos;
21. comprovar, no momento da entrega, caso o produto entregue seja importado e a CONTRATADA não seja a titular da obrigação tributária correspondente, a aquisição do produto importado pelo contratado não importador, junto ao seu fornecedor, de modo a afastar sua responsabilidade pelos tributos de importação, considerando não ser sujeito passivo tributário;
22. responsabilizar-se pelo conhecimento das características dos serviços objeto deste contrato. O TRT não aceitará, sob nenhum argumento, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
23. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
 - a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
 - c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
24. observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as seguintes:
 - a) manter essas condições que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:



- a.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;
- a.2) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- b) promover a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- c) assegurar que o objeto contratado não contenha substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito, a critério do TRT, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da CONTRATADA ;
- d) nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs), Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), Halons, Brometo de metila (permitida para fins agrícolas), Tetracloreto de carbono (CTC), Metilclorofórmio, Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs) e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante; e
- e) providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de equipamentos, originários da contratação, entendidos como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos ao descarte final, conforme disposto no item "Critérios e Práticas de Sustentabilidade – Logística Reversa" .
25. fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários para a execução dos serviços nas dependências do TRT, bem como fiscalizar o uso, não incidindo sobre o TRT qualquer ônus;
26. observar e atender às disposições editadas por este TRT, bem como na Resolução CNJ nº 322/2020, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, como o uso obrigatório de máscaras, bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante do gesto vacinal completo quando da prestação de serviço nas dependências do TRT;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

27. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

– A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento do objeto deste contrato.

Parágrafo Único – Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO TRT – O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

1. proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências do TRT onde os serviços serão executados;
2. fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
3. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
4. relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades da CONTRATADA na prestação de serviços;
5. comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
6. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;
7. verificar o prazo estabelecido neste instrumento para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da CONTRATADA;
8. zelar pela segurança dos materiais e equipamentos, evitando o manuseio por pessoas não habilitadas;
9. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR - O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), conforme especificações contidas no quadro abaixo:

ITEM 1



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Subitem	Descrição	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Fornecimento de servidores de rack do tipo 1 com todos os componentes para solução completa, com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia por 60 meses conforme termos e condições constantes no Termo de Referência.	4		
2	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do Subitem 1.	4		
Valor Total				

ITEM 2				
Subitem	Descrição	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
3	Fornecimento de servidores de rack do tipo 2 com todos os componentes para solução completa, com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia por 60 meses conforme termos e condições constantes no Termo de Referência	7		
4	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do Subitem 3.	7		
Valor Total				

ITEM 3				
Subitem	Descrição	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
5	Fornecimento de servidores de rack do tipo 3 com todos os componentes para solução completa, com suporte de serviços associados, incluindo prestação de assistência técnica em garantia por 60 meses conforme termos e condições constantes no Termo de Referência.	2		
6	Serviços de instalação física e ativação dos equipamentos que deverão ser executados por técnicos do fabricante ou pela contratada. Prazo: 10 dias úteis após entrega do Subitem 5.	2		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

	Valor Total	
--	-------------	--

Parágrafo Único – Já estão incluídos nos valores estabelecidos nesta cláusula todos os tributos, taxas e contribuições, valores referentes a fretes e seguros, e quaisquer outros encargos inerentes ao objeto contratual, na forma e nas condições estipuladas pela legislação em vigor na data de celebração deste contrato, considerados a época e o período de exigibilidade desses.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – A execução deste contrato será acompanhada pelo Coordenador de Administração de Recursos de TIC do TRT, André Pires Ferreira Bertoldi, designado gestor do contrato, e como gestor suplente, Júlio César Zanetti, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

Parágrafo Primeiro – Compete ao gestor deste contrato, entre outras atribuições:

1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
2. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
3. Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato; e
4. Encaminhar à Secretaria de Administração os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

Parágrafo Segundo – O gestor será auxiliado, nas ações de fiscalização da execução contratual, pela seguinte equipe de gestão:

- I - Victor do Nascimento Souza, da Seção de Sistemas Básicos de Infraestrutura de TIC, designado fiscal demandante, e como suplente, Juliano Augusto Carreira;
- II - William dos Santos Albertoni, da Seção de Infraestrutura Física de TIC, designado fiscal técnico, e como suplente, Gabriel Geraldo Gandra Ortolani; e
- III - André Luis Tomadão, da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos, designado Fiscal Administrativo, e como suplente, Carlos Rodrigues da Silva.

Parágrafo Terceiro - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA NONA: DO FATURAMENTO – No texto das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão constar: o objeto da prestação de serviços, o valor contratado e o número do processo que deu origem a esta contratação (PROAD 2415/2021).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Parágrafo Primeiro – A nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, deverá ser emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao do cumprimento contratual, e transmitida ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO) até o dia 15 (quinze) do mês da emissão da nota fiscal, ou nota fiscal/fatura.

Parágrafo Segundo - Se o último dia do prazo previsto no parágrafo anterior não for dia útil, a transmissão da nota fiscal, ou nota fiscal/fatura ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Terceiro – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

CLÁUSULA DEZ: DO RECEBIMENTO DO OBJETO - Os equipamentos serão recebidos, atendidos os requisitos constantes no Termo de Referência e neste instrumento, da seguinte forma:

- 1. Provisoriamente**, mediante recibo, pela equipe de fiscalização deste contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos equipamentos e da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, quando emitirá termo de recebimento provisório, nos termos do artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993;
- 2. Definitivamente**, pela Comissão Especial de Recebimento de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT, em até 10 (dez) dias úteis após a conclusão dos serviços de instalação dos equipamentos e configuração da solução, quando emitirá termo de recebimento definitivo, nos termos do artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Único – Em regra, o recebimento definitivo ficará pendente e o pagamento suspenso, não importando qualquer ônus, inclusive financeiro, ao TRT, nos casos de haver erro na nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, de o produto não atender às condições e especificações previstas neste contrato ou na ocorrência de qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo do produto entregue, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades, ficando, ainda, estipulado e ratificado o seguinte detalhamento delineado no Termo de Referência:

I - O objeto deverá ser acondicionado em embalagem original lacrada, com a identificação do produto, fazendo constar sua descrição e incluindo o nome do fabricante, a marca ou modelo do material de acordo com suas características;

II - Por ocasião da entrega do objeto será requerido o fornecimento da documentação dos de suporte técnico e manutenção em garantia, contendo as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone e por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente, etc.);

III - Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do objeto, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o Recebimento Definitivo;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

IV - Se, após o aceite provisório, constatar-se que o objeto foi entregue em desacordo com este contrato ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, após a notificação por escrito à CONTRATADA e até que seja sanada a situação;

V - Os objetos entregues em desacordo com o especificado no Termo de Referência, no Instrumento Convocatório, neste instrumento ou com defeito serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los dentro do prazo contratual, sob pena de se considerar atraso na entrega;

VI - A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado;

VII - A CONTRATADA deverá retirar o material recusado no momento da entrega do material correto. O TRT não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo;

VIII - Será considerado abandonado o material que não for recolhido pela CONTRATADA em até 30 dias após a comunicação da equipe do TRT à CONTRATADA;

IX - O TRT poderá dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências;

X - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquela que apresentar defeito no prazo estabelecido;

XI - Após o recebimento definitivo, a equipe de fiscalização do contrato deverá verificar a conclusão dos serviços de instalação, configuração e repasse de conhecimentos (hands on);

XII - O aceite provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto ou serviço, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA ONZE: DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.

Parágrafo Primeiro – A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

Parágrafo Terceiro – As regularidades referidas no item “23” da cláusula quarta serão verificadas pela área Administrativa do TRT por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. No caso de qualquer daqueles documentos não se encontrar válido, o TRT notificará a CONTRATADA e o respectivo pagamento será normalmente efetuado. Nesse caso, contudo, se no pagamento subsequente persistir a mesma irregularidade, o TRT poderá rescindir unilateralmente o presente contrato por inexecução da CONTRATADA, nos termos e com as consequências previstas na cláusula dezesseis.

Parágrafo Quarto – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Quinto - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.

Parágrafo Sexto - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sétimo - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DOZE: DA VIGÊNCIA – A vigência deste contrato tem início e tornar-se-á extinto nos seguintes termos:

I- vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato;

II- vigência de 60 (sessenta) meses para efeito do prazo de garantia com assistência técnica tipo “on site”, contados a partir do primeiro dia útil após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da entrega do(s) equipamento(s).

CLÁUSULA TREZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com a execução deste contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária n.º 14.303, de 21/01/2022, publicada no D.O.U de 24/01/2022, assim classificadas:

--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Nota de Empenho: _____ NE _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUATORZE: DA GARANTIA DO CONTRATO - Para segurança do TRT quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar, no prazo de 20 dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, a garantia, no montante de 3% (três por cento) calculado sobre o valor total deste contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Primeiro – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente e conforme o *caput* desta cláusula.

Parágrafo Terceiro – Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.

Parágrafo Quarto – A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT.

Parágrafo Quinto – A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Sexto – O atraso superior ao prazo estabelecido no *caput* desta cláusula autoriza o TRT a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 3% (três por cento) do valor contratado, a título de garantia.

Parágrafo Sétimo – O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

CLÁUSULA QUINZE: DAS SANÇÕES – No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TRT, as sanções administrativas aplicadas à CONTRATADA poderão ser, à critério da administração do TRT:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o TRT; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo de demais ocorrências e eventuais aplicações de demais penalidades descritas no Termo de Referência do Edital, com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei no 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, a critério do TRT, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pelo TRT, conforme segue:

Eventos	Ocorrência / Sanção
Atrasos, <u>por dia útil</u> , na entrega do objeto - Todos os Itens/Subitens 1, 3 e 5. Prazo: 60 dias corridos	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista; b) Do 1º ao 5º dia útil - Multa de 0,3% do valor do subitem por dia útil de atraso; c) Do 6º ao 10º dia útil - Multa de 0,5% do valor do subitem por dia útil de atraso; d) A partir do 10º dia útil - A critério da Administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do subitem por dia útil de atraso até o limite de 10% do valor do subitem; e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do TRT; f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do TRT;
Atrasos, <u>por dia útil</u> , na instalação física do objeto - Todos os Itens/Subitens 2, 4 e 6 Prazo: 10 dias úteis	a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista; b) Do 1º ao 5º dia - Multa de 1% do valor do subitem por dia útil de atraso; c) Do 6º ao 10º dia - Multa de 2% do valor do subitem por dia útil de atraso; d) A partir do 10º dia - A critério da Administração rescisão contratual e multa correspondente a 3% do valor do subitem por dia útil de atraso até o limite de 15% do valor do subitem;



	<p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do TRT;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do TRT;</p>
<p>Atraso para apresentação da Ordem de Serviço de atendimento realizado - Todos os Itens - Prazo: 3 dias úteis</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista para apresentação dos relatórios;</p> <p>b) Atraso de 1 a 10 dias úteis - Multa de 0,1% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia de atraso;</p> <p>c) Atraso de 11 até 20 dias úteis - Multa de 0,2% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia de atraso;</p> <p>d) Atraso de mais de 20 dias úteis - A critério da Administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor adjudicado;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do TRT;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do TRT.</p>
<p>Atrasos, <u>por dia útil</u>, na solução de chamados de severidade ALTA - Todos os Itens. Prazo: 1 dia útil</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista;</p> <p>b) Do 1º ao 3º dia - Multa de 0,75% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>c) Do 4º ao 10º dia - Multa de 1% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>d) A partir do 10º dia - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1,5% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso até o limite de 15% do valor do contrato;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do TRT;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do TRT.</p>
<p>Atrasos, <u>por dia útil</u>, na solução de chamados de severidade MÉDIA - Todos os Itens</p>	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista;</p> <p>b) Do 1º ao 5º dia - Multa de 0,5% do valor do subitem 1,</p>



Prazo:3 dias úteis	<p>3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>c) Do 6º ao 10º dia - Multa de 0,75% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>d) A partir do 10º dia - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 1% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso até o limite de 10% do valor do contrato;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do TRT;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do TRT.</p>
Atrasos, <u>por dia útil</u> , na solução de chamados de severidade BAIXA - Todos os Itens Prazo:5 dias úteis	<p>a) Advertência - Atraso de 1 dia útil ou mais da data prevista;</p> <p>b) Do 1º ao 5º dia - Multa de 0,25% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>c) Do 6º ao 10º dia - Multa de 0,5% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso;</p> <p>d) A partir do 10º dia - A critério da administração rescisão contratual e multa correspondente a 0,75% do valor do subitem 1, 3 e 5 do Item correspondente por dia útil de atraso até o limite de 10% do valor do contrato;</p> <p>e) Não atendimento - Suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos de licitar e contratar com a Administração Pública, a critério do TRT;</p> <p>f) Não atendimento - Declaração de não inidoneidade para participar em licitações e impedimento para contratar com a Administração, a critério do TRT.</p>
Descumprimento das demais obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato.	Multa de 0,5%, calculada sobre o valor adjudicado do contrato, por evento, até o limite de 3% do valor total adjudicado, a critério do TRT.

Parágrafo Segundo – A não entrega dos equipamentos ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezesseis.

Parágrafo Terceiro - Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Parágrafo Quarto – Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

Parágrafo Quinto – Será considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.

Parágrafo Sexto – A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Sétimo – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro – O atraso injustificado na entrega dos equipamentos por período superior a 10 (dez) dias úteis caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo – A rescisão deste contrato por culpa da CONTRATADA implicará multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo Terceiro - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZESSETE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

Parágrafo Primeiro – Na ausência do pagamento das multas o TRT poderá descontar o respectivo valor da garantia do contrato. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada de seus eventuais créditos. Inexistindo crédito em favor da CONTRATADA, os valores deverão ser por ela recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento-AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

Parágrafo Segundo - Caso a garantia do contrato seja totalmente utilizada por ocasião dos descontos decorrentes das multas aplicadas, a CONTRATADA deverá providenciar a reposição do respectivo valor



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

CLÁUSULA DEZOITO: DAS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL - Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) a empresa CONTRATADA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "23" da cláusula quarta deste contrato; e
- b) não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA DEZENOVE: DA COMPATIBILIDADE - A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VINTE: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA - Fica vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Parágrafo Único – O descumprimento das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezesseis.

CLÁUSULA VINTE E UM: DA ASSINATURA – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

Parágrafo Primeiro – A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a- assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b- assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

Parágrafo Segundo – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Parágrafo Quarto – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela CONTRATADA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela CONTRATADA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;

II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;

IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;

V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.

Parágrafo Primeiro: A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Parágrafo Segundo: O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da CONTRATADA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

- a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;
- b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;
- c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e
- d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

Parágrafo Quarto: A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DA LEGISLAÇÃO – Aplicam-se ao presente contrato, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como as demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA VINCULAÇÃO – O presente contrato está vinculado ao edital do PROAD nº 2415/2021 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: DO FORO - Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: DA CONCORDÂNCIA - As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem às cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 2415/2021-1

Campinas, ____ de _____ de _____.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

TRT

CONTRATADA